

## SERTÃO DOS MARAKÁ: HISTORICIDADE, REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS E RELIGIOSIDADE EM MARACÁS-BA

ELIAS ALFAMA MONIZ<sup>1</sup>

IVANA KAROLINE NOVAES MACHADO<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a religiosidade local afro-indígena brasileira na cidade de Maracás, no estado da Bahia, destaca as peculiaridades de sua formação baseada num contexto histórico, econômico e étnico, onde a pecuária tornou-se o plano de fundo das tradições inventadas no sertão, indicando que o boi é considerado o mito fundador do Sertão dos Maraká (Maracás-Ba). Aborda, ainda, a categoria sertão e contextualiza o animal Boi e a entidade espiritual do Caboclo Boiadeiro neste cenário cultural.

Faz parte da dissertação do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidades (PPGREC/UESB) defendida em julho de 2016 e da continuidade dos estudos no programa de doutorado em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia, pesquisa que objetiva estudar o mito do boi e suas relações simbólicas em Maracás, Bahia.

Muito nos motivou, neste sentido, as leituras da obra do pesquisador Itamar Pereira de Aguiar, especialmente do artigo “Os Candomblés do Sertão”, onde discute as relações étnicas entre africanos, indígenas e europeus, cujos elementos culturais foram sincretizados, constituindo tanto a religiosidade local do Sudoeste da Bahia, como a da Chapada Diamantina, onde foram realizadas as pesquisas por Ronaldo de Salles Senna acerca da especificidade religiosa da cultura do diamante, o Jarê.

Além de levantar dados históricos da formação étnica do município, investigamos a tradição local do povo de santo de Maracás. Traçamos um estudo

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Professor Visitante na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde atua como professor de História da África, atuando também no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em História da África e da Diáspora (PPMPH/UFRB). E-mail: [eliasalfamamoniz@ufrb.edu.br](mailto:eliasalfamamoniz@ufrb.edu.br)

<sup>2</sup> Licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (2014). Licenciada em Ciências Sociais Pela Universidade Metropolitana de Santos (2015). Especialista em Antropologia com ênfase em Culturas Afro-brasileiras – UESB (2014). Mestre no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidades (PPGREC-UESB - 2016). Doutoranda no Programa de Estudos Étnicos e Africano – PÓSAFRO – UFBA.

das características simbólicas e suas importâncias para a formação dos terreiros do município e da gênese dessas peculiaridades religiosas existentes naquela localidade.

Para tanto, focalizamos a pesquisa de campo no terreiro do Pai de Santo Zé Pezão, situado no Bairro Jiquiriçá, popularmente conhecido por “Cuscuz” (localidade onde houve uma tentativa de segregação racial), na cidade de Maracás, onde o próprio zelador também reside. Pai Zé foi o fundador do seu próprio terreiro há mais de vinte anos e trabalha com práticas mais voltadas para a Umbanda, como afirma. Além de Pai de Santo, se denomina católico, devoto de Bom Jesus da Lapa e Santo Antônio. Em sua casa há um panteão de pretos-velhos, encantados e caboclos sincretizados com orixás.

Optamos pela etnografia na colheita dos dados e consideramos a “descrição densa” (GEERTZ, 2014) na interpretação de nossos resultados.

## **2. SALVE, SALVE O POVO DE SANTO: A TRADIÇÃO LOCAL DO SERTÃO DOS MARAKÁ**

O município de Maracás está no centro do que já foi conhecido como “o sertão dos Maraká”: território localizado entre a margem direita do Rio Paraguaçu e a margem esquerda do Rio de Contas, delimitado a oeste pela chapada diamantina (onde nascem os dois rios) e a leste pela faixa de Mata Atlântica. Assim, esse território compreende praticamente todo o vale do rio Jiquiriçá.

A memória local tende a afirmar que os indígenas maraká habitavam o lugar onde hoje se situa a zona urbana do município de Maracás, Ba. Mas percebemos que, pelos relatos históricos, tanto a presença dos Maraká como as batalhas contra eles ocorreram num vasto território do qual o município, hoje, é apenas uma pequena fração. A vila de Maracás (como era conhecida até o século XIX), no entanto, já abrangeu quase todo esse território (SIERING, 2008, p. 49, 50), razão pela qual o município deve ter recebido tal nome.

Junto a toda a história de preconceitos, comuns à sociedade brasileira, Maracás recebeu uma carga extra destes em virtude dos imigrantes que ajudaram na composição da sua história e da cultura. Uma vez que, além dos colonizadores portugueses, presentes na formação do município, recebeu a presença, bem mais tarde (século XIX), dos italianos e, posteriormente (no período da Segunda Guerra), dos Alemães.

O contato entre os indivíduos dessas etnias contribuiu para a peculiaridade das religiões de matriz africana e indígena em Maracás. Assim, os elementos em torno de uma tradição local do sertão baiano, voltados para a formação dos candomblés da cidade, foram constituídos a partir do sincretismo das três culturas (indígena, africana e europeia) que o município de Maracás recebeu pela presença dos diferentes povos estrangeiros: portugueses, italianos, alemães, ao longo de sua formação urbana e rural, muito mais forte a segunda do que a primeira, em diálogo com os índios e negros habitantes do lugar, mesmo antes de sua emancipação.

Para tentar entender eficientemente e caracterizar essa singularidade da formação religiosa do sertão Nordestino, Aguiar (2013) cria uma categoria: os “Candomblés do Sertão” que, segundo ele, são fenômenos culturais essencialmente sincréticos: “suas sincretudes foram construídas a partir do encontro entre negros, índios e europeus no sertão” (AGUIAR, 2012). Em suas pesquisas em torno da tradição local de Vitória da Conquista-BA, Aguiar conclui que, na vasta quantidade de denominações de cultos de matriz africana naquela cidade, há algo de semelhante também “aos Jarês das Lavras Diamantinas, com especificidades locais” (AGUIAR, 2012, p. 13).

Maracás se encontra próxima à Chapada Diamantina, onde ocorre o Jarê e, também, à cidade de Vitória da Conquista (distante, cerca de 250 km de Maracás-BA), onde foram realizados os primeiros estudos sobre os Candomblés do Sertão, por Aguiar (2013).

A atividade econômica de Maracás, baseada desde a fundação do povoamento na pecuária e na agricultura, favoreceu as relações entre o gado, o fazendeiro, o boiadeiro e a terra. Sem dúvidas, essas relações influenciaram a realidade local da cidade de modo peculiar. Desta forma, criou-se uma tradição, também religiosa, pautada numa cultura que a criação do gado permitiu. Por conta disto, Aguiar (2011) considera o boi como mito fundador do Sertão da Ressaca, para onde foram levados como indivíduos africanos de diversas nações e etnias. Estendemos a esta realidade, portanto, também o Sertão dos Maraká, onde podemos encontrar peculiaridades simbólicas da entidade do caboclo Boiadeiro em cultos de matriz africana de tradição local.

## 2.1 O sertão como espaço sociocultural: raízes das relações simbólicas e o saber local

Compreender o sertão é essencial para darmos conta das peculiaridades de uma sociedade local e, por conseguinte, de sua cultura. Este saber é fato histórico que assume o plano de fundo de um povo, no seu próprio espaço. Se o sertão está por toda parte, como afirma Rosa (1994), ele transgride aquelas noções de espaço que as sociedades pautadas na cultura da objetividade acreditam para situar-se no cotidiano e na alma de quem o vive. O sertão é um paradoxo atemporal e como tal, não pode ser restrito ao campo meramente geográfico, categórico: “Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo. Dia da lua. O luar que põe a noite inchada” (ROSA, 1994, p. 215).

O sertão não é uma categoria cuja função se restrinja às organizações de territórios. Ele também é inerente à cultura dos seus indivíduos e compõe, sem dúvida, um leque de possibilidades que não conseguimos dar conta ao utilizarmos noções apenas objetivas. É necessário compreendermos todas as relações, até então, ali estabelecidas por meio dos elementos simbólicos. Neves afirma que se generalizou o conceito de sertão para a vasta área do interior brasileiro, como expressão de pluralidade cultural, social, econômica e geográfica (Neves, 2011, p. 56). Segundo ele,

*tanto na condição de categoria geográfica quanto nas perspectivas [sic] socioantropológica e econômica, a categoria sertão se revela polissêmica. Mais que uma alteridade negativa de litoral, afirma-se na condição de referente do regional e se expressa enquanto referente da cultura nacional. Como fator cultural sertão se impõe pelos seus antecedentes econômicos, sociológicos e antropológicos, que expressam “poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos”, construídos ao longo da sua experiência histórica (NEVES, 2011, p. 56).*

Observemos que, para dar conta do entendimento do que seja sertão, precisamos ir além. A definição de Popino também é necessária para um entendimento da categoria, na sua perspectiva geográfica apresentada, também se entende comumente Sertão como quase todo interior da Bahia, onde há uma vasta região pastoril:

*sertão é uma palavra brasileira que não tem tradução exata na língua inglesa. Traduziram-na por backlands, hinterland e interior, mas, na realidade, nenhum desses termos [sic] exprime com exatidão*

*o que sertão significa. Na Bahia, sertão refere-se especificamente à vasta região pastoril, de exígua população, que abrange quase todo o interior do Estado. Num sentido mais genérico o sertão inclui praticamente todo o Estado, com exceção da Cidade de Salvador e áreas circunvizinhas (POPINO, 1968, p. 5/6 apud AGUIAR 2010, inédito).*

Além de apresentar uma vegetação peculiar, de região para região, com predominância de uma fauna característica, a organização espacial do sertão permitiu áreas favoráveis para a criação de gado e a prática da agricultura, o que contribuiu para o desenvolvimento de povoados que se transformariam, mais tarde, na maioria das cidades do interior. A própria formação da cultura sertaneja, pautada nessas atividades de agropecuária, contribuiu para o nascimento de uma especificidade que só poderá ser entendida se considerada de perto, tomando como base as particularidades de cada costume local e o desenvolvimento dos processos históricos durante a criação de determinadas tradições.

E sobre as categorias “tradição” e o “costume” – nas sociedades tradicionais – Hobsbawm (1997) afirma que não podem ser entendidos como conceitos iguais, embora se completem. Ambos têm processos diferentes no decorrer do desenvolvimento de uma cultura.

Além disso, no âmbito sócio-histórico, o sertão do Brasil foi cenário de muitas guerras sangrentas pautadas por interesses políticos e econômicos. O mandonismo, coronelismo, clientelismo e outros processos desenvolveram-se pelas terras sertanejas, muitas vezes, envolvendo interesses de uma minoria elitizada e branca, mas que repercutia, sem dúvidas, na vida do povo pobre: negros e indígenas.

Em Maracás estas relações se deram, principalmente, por meio de articulações políticas estabelecidas por coronéis, como é o caso do coronel Marcionílio Souza e José Antônio de Miranda que detiveram poderes por muito tempo na cidade e região, o que os levavam a defender os interesses, cada qual do seu grupo, apresentados, invariavelmente, como interesses de toda a sociedade (NOVAES, 2009). Isto ajudou a estabelecer a hegemonia do município a partir de seus laços políticos, familiares e de amizade, sem considerar os limites entre o público e o privado.

Estes coronéis possuíam grandes propriedades rurais, o que possibilitava empregos e arrendamentos de terras para a população pobre do município. De

acordo com Novaes, tratava-se de um número significativo de pessoas que trabalhavam nessas condições, entre os anos de 1915 a 1930 (época pesquisada por ele). Este povo, então, era coagido a defender os interesses destes proprietários. Segundo ele, com a população mais pobre da zona urbana não era diferente, visto que a maioria acabava prestando serviços para os referidos coronéis “principalmente no período de colheita do café, pois os trabalhos oferecidos no comércio e na indústria eram limitados. Em Maracás esse último setor funcionava de forma quase artesanal” (NOVAES, 2009, p. 45).

Este cenário faz parte de um grupo que manobrava os interesses locais e de uma minoria, como afirmamos. Evidentemente, as maiores consequências eram sentidas pela população pobre, negra e mestiça daquela cidade. Isto não implica em dizer que aquele povo era pacífico. Ao contrário, houve estratégias de sobrevivências desenvolvidas, tanto em âmbitos econômicos de subsistências, quanto em esferas culturais e religiosas. Sobre isto Novaes afirma que,

*em Maracás, assim como em outros lugares do Brasil, o sertanejo criou estratégias de resistência que norteavam as suas práticas, em suas relações familiares, sociais e políticas, fundamentados a partir de recursos simbólicos e materiais disponíveis naquela sociedade, o que lhes permitia, muitas vezes, burlar as regras impostas pelos chefes locais (NOVAES, 2009, p. 44).*

Como exemplo dessas estratégias, podemos citar a prática do curandeirismo e de rituais tidos como supersticiosos na época, os quais eram totalmente proibidos. Certamente, estas práticas identificadas como de origem afro, indígena, brasileira nortearam as relações simbólicas do povo de Maracás, mais tarde, fundidas na religiosidade de tradição local da cidade.

No que tange aos legados indígenas e africanos, o Sertão dos Maraká torna-se uma imensa “colcha de retalhos” pertinente para o entendimento das relações étnicas ali estabelecidas por meio da então diversidade compartilhada entre esses povos e o colonizador. Assim, nesta perspectiva, as especificidades são construídas a partir do contato do indivíduo com o local, o seu lugar. Erivaldo Fagundes Neves expõe um conceito que dá conta do que podemos entender sobre local:

*a localidade significa o espaço no qual uma comunidade se estabeleceu e se desenvolveu, de modo que configura uma construção humana através de organizações comunitárias, como identidades e vinculações exteriores e extrapola as circunscrições*

*projetadas por governantes, técnicos, estudiosos, para incorporar fatores históricos de natureza social, econômica política e cultural. Consequentemente define-se a historicidade das atividades cotidianas dos grupos sociais pelos lugares e tempos de suas ocorrências (NEVES, 2011a, p. 51).*

Com base nesses pressupostos, podemos afirmar que a localidade deve ser entendida como espaço de pertencimento e, para tal, precisa ser considerada como produção cultural e histórica, pela qual se pode explicar o fenômeno da invenção das tradições (HOBSBAWM, 1997) e o das trocas simbólicas (BOURDIEU, 1998). É na localidade que o sujeito se reconhece e preserva os costumes para seus descendentes, a partir do legado de seus ancestrais.

No que diz respeito à sua religiosidade, a análise das características locais de um povo pode funcionar como subsídio para os elementos de cultura e para os ritos vigentes, os quais encontraremos em seus templos sagrados. Sobre a religião afro-brasileira Braga (2013) afirma:

*julgamos necessário, a revisão conceitual do que seja religião afro-brasileira, a partir de reflexão profunda que resulte em consistentes meios teóricos capazes de frear a eterna recorrência nagocentrista e nagocrática como única explicação filosófica, teleológica, teológica e até epistemológica da referida religião. Evidentemente tudo isso através de uma metodologia que possa alcançar a complexidade geradora dos valores éticos, das liturgias recriadas, reinventadas e inventadas, assim como as representações simbólicas resultantes de um perverso contingenciamento histórico, mas que mercê de uma inteligência extraordinária do negro Brasileiro resultou um dos mais complexos sistemas de crenças e valores civilizatórios de que se tem notícias na história deste país (Braga, 2013. p. 93).*

Dentro de um universo da subjetividade, é preciso reconhecer a importância da religião, economia e etnia do sertão, provenientes da miscigenação do negro com o índio na formação do Brasil, em diálogo com os colonizadores do país. Erivaldo Fagundes Neves considera o sertão como “categoria espacial, alteridade sociocultural e interação político-econômica” (NEVES, 2011, p. 51).

Todas as tradições foram, um dia, inventadas e implantadas numa sociedade, em virtude disso, aquilo que hoje tem raízes remotas, por vezes, nasceu em uma época, por um dado povo (HOBSBAWM, 1997).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade local do sertão, baseada na atividade da criação do Boi e nas modificações culturais em decorrência da chegada deste animal ao Brasil, gerou o protagonismo do culto ao Caboclo Boiadeiro, em detrimento da hegemonia daqueles símbolos dos candomblés, ditos tradicionais, de nação jeje/nagô. Assim, o pleno desenvolvimento agropecuário fortaleceu essas tradições religiosas. Em diálogo com as diversas representações religiosas afro-indígenas-europeias, as tradições do sertão baiano preservaram aquilo que há de essencial em cada uma delas

Não podemos negar que a base que as sustentam tem raízes remotas e foram implantadas pelos seus ancestrais: ora africanos e indígenas, ora europeus. Essas relações são importantes para entendermos o processo das tradições locais, do sincretismo brasileiro e da etnicidade que permeiam este povo culturalmente heterogêneo.

Concluimos afirmando que estudos locais são necessários para compreensão de cada realidade e representação simbólica, seus funcionamentos frente a processos de sincretismos, de fé e de culto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Itamar de. *As Religiões afro-brasileira em Vitória da Conquista: caminhos da Diversidade*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

BRAGA, Júlio. *Cadeira de ogan e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Ed. Perspectiva 1998.

HOBBSAWN, Eric. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Curraleiro, crioulo, peduro: a pecuária como fator da formação socioeconômica do semiárido*. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (org.). *Sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcádia, 2011. p. 253-281.

SENNA, Ronaldo de Salles. *Jaré: uma face do candomblé; manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. Feira de Santana: UEFS, 1998.

SIERING, Friedrich Câmera. *Conquista e dominação dos povos indígenas: Resistência no sertão dos Maracás (1650- 1701)*. Salvador, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, janeiro de 2008 - Dissertação de Mestrado em História Social.